

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARJA MARIA FAUSTINO SCHMIDT

O PAPEL DA FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO

PARANAGUÁ

2015

MARJA MARIA FAUSTINO SCHMIDT

## O papel da Filosofia na formação do aluno do Ensino Médio

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Ensino de Filosofia no Ensino Médio, do Setor de Filosofia da UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Celso de Moraes Pinheiro

PARANAGUÁ

2015

Ao meu marido e filhos que entenderam minha ausência e incentivaram a minha caminhada.

“A filosofia constitui o complemento necessário à formação do espírito, como instrumento, que é, da grande arte do raciocínio. Desenvolvendo o espírito crítico, a capacidade de reflexão pessoal, o senso de liberdade intelectual e o respeito ao pensamento alheio, a Filosofia não apenas abre, para o espírito, uma visão que ultrapassa os limites exíguos dos conhecimentos adquiridos através do estudo de uma ou de outra disciplina, como lhe permite, ainda, descobrir, acima dos problemas decisivos, que surgem no plano das indagações metafísicas” (CARTOLANO, 1985, p.65).

## **RESUMO**

Após um período de ausência a disciplina de filosofia retomou seu lugar de direito, foi reinserida na grade curricular do ensino médio. Sempre que abordamos o tema ensino de filosofia, temos que legitimá-lo, pois sua trajetória está pautada em idas e vindas dentro do currículo. Frequentemente defendem o ensino de filosofia a partir de duas finalidades: garantir o desenvolvimento da criticidade dos estudantes e assegurar uma interlocução entre as diversas disciplinas. Com o seu retorno surgem indagações sobre sua importância e qual a função desta disciplina nesta etapa de ensino. Esta pesquisa tem a finalidade de apresentar qual o papel do ensino de filosofia no ensino médio e destacar quais são os objetivos legais e as contribuições desta disciplina para a formação e a preparação dos alunos para a cidadania. A metodologia adotada neste trabalho foi norteadada pela pesquisa bibliográfica, que viabilizou a aprendizagem, a pesquisa, a observação e a reflexão sobre o tema investigado. O presente estudo concluiu que a filosofia contribui de forma significativa na formação dos alunos de ensino médio, quando cumpre sua especificidade que é romper com o senso comum e com o dogmatismo, subsidiando a iniciação do debate, a crítica, e a reflexão.

**Palavras-chaves:** ensino - filosofia – ensino médio - currículo

## **ABSTRACT**

After a period of absence, the philosophy discipline retook its rightful place, reinserted in the curricular program of high school. Whenever we approach this topic, teaching of philosophy, we have to legitimize the same, because its trajectory guided by the comings and goings within the curriculum. Frequently, the teaching of philosophy is advocate as from two purposes: ensuring the development of the criticalness of students and ensure an interlocution between the various disciplines. With its return, questions arise concerning its importance and what is the function of this discipline in this educational stage. This study has the purpose to present what is the role of the teaching of philosophy in high school and highlight what are the legal objectives and contributions of this discipline to the formation and student preparation for citizenship. The methodology used in this work was guided by the bibliographical research, which enabled the learning, research, observation and reflection on the subject investigated. This study concluded that philosophy contributes significantly in the formation of high school students, when meeting with its specific nature, which is to break with common sense and with dogmatism, subsidizing the initiation of debate, criticalness and reflection.

**Keywords:** Teaching - philosophy - high school - curriculum

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 FILOSOFIA .....</b>	<b>8</b>
2.1 ASPECTOS LEGAIS .....	8
2.2 OBJETIVOS DO ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO.....	11
2.2.1 Sob a perspectiva das Orientações Curriculares para o Ensino Médio.....	11
2.2.2 Sob a perspectiva de filósofos, professores e pesquisadores da educação. ...	13
2.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES EM FILOSOFIA.....	17
<b>3 A FORMAÇÃO DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO.....</b>	<b>21</b>
3.1 A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO. ....	21
3.2 A FILOSOFIA E A PREPARAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA. ....	26
<b>4 A AULA DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO.....</b>	<b>31</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade do ensino de filosofia no Ensino Médio é recente. Desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que explicitava que os alunos do Ensino Médio deveriam ter acesso aos “conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”, esperava-se que essas disciplinas fossem incluídas na matriz curricular do Ensino Médio. Mas somente em julho de 2006 que a Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação decide por unanimidade sua inclusão como componente curricular básico.

O ensino de Filosofia no Ensino Médio geralmente é justificado por duas razões: o desenvolvimento da criticidade do estudante e a interlocução entre as disciplinas que compõem o currículo desta etapa. Apoiar o ensino de Filosofia nestes dois pilares torna-se perigoso ao constataremos que proporcionar o desenvolvimento da criticidade não é uma função exclusiva desta disciplina, já que as outras disciplinas também podem executar tal tarefa. E que o diálogo interdisciplinar também ocorre nas demais áreas do conhecimento. A fragilidade constatada nestes argumentos desfaz-se quando buscamos a justificativa presente na Lei nº 9394/96 que define a filosofia como necessária ao exercício da cidadania. Realmente, qual é o papel da Filosofia na formação do aluno do Ensino Médio? Que contribuição traz neste processo? A busca pela elucidação destas indagações norteou a elaboração deste trabalho, através da pesquisa bibliográfica.

Este trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro aborda os aspectos legais da disciplina, bem como seus objetivos, e competências a serem desenvolvidas no Ensino Médio. O segundo versa sobre a importância da disciplina de Filosofia na formação dos alunos, bem como a preparação deles para o exercício da cidadania. O terceiro apresenta a metodologia utilizada nas aulas de filosofia no ensino médio.



## 2 FILOSOFIA

A palavra filosofia (philos-sophia) significa “amor à sabedoria” ou “amizade pelo saber”. Pitágoras (século VI a.C.), filósofo e matemático grego, teria sido o primeiro a usar o termo filósofo, por não se considerar um “sábio” (sophos), mas apenas alguém que ama e procura a sabedoria.

Segundo Severino (2014, p. 29):

A filosofia é uma forma de pensar que nos possibilita compreender melhor quem somos, em que mundo vivemos: em, suma, ajuda-nos a entender melhor o próprio sentimento da nossa existência. É claro que também as ciências e as outras formas de conhecimento e de expressão cultural nos ajudam a compreender o nosso modo de existir. Mas a filosofia tem um jeito particular e insubstituível de nos fazer essa compreensão. E por, isso sem ela, nossa visão, nossa percepção da existência dos homens, ficaria truncada. (SEVERINO, 2014, p. 29)

Chauí (2012, p. 26) sintetiza o que alguns filósofos dizem sobre a filosofia:

Platão definia filosofia como um verdadeiro saber que deve ser usado em benefício dos seres humanos para que vivam numa sociedade justa e feliz. Descartes dizia que a filosofia é o estudo da sabedoria, conhecimento perfeito de todas as coisas que os humanos podem alcançar para o uso da vida, a conservação de saúde e a invenção das técnicas e das artes com as quais ficam menos submetidos às forças naturais, as intempéries e os cataclismos. Kant afirmou que a filosofia é o conhecimento que a razão adquire de si mesma para saber o que pode conhecer o que pode fazer e o que pode esperar, tendo como finalidade a felicidade humana. Marx declarou que a filosofia havia passado muito tempo apenas contemplando o mundo e que se tratava, agora, de conhecê-lo para transformá-lo, transformação que teria justiça, abundância e felicidade para todos. Merleau-Ponty escreveu que filosofia é despertar para ver e mudar o nosso mundo. Espinosa afirmou que filosofia é um caminho árduo e difícil, mas, que pode ser percorridos por todos se desejarem a liberdade e a felicidade (CHAUÍ, 2012, p. 26).

### 2.1 ASPECTOS LEGAIS

A inclusão da disciplina de filosofia como componente curricular ocorre junto com a de sociologia, os documentos que as legalizam geralmente tratam das duas disciplinas, mas o foco deste trabalho é a disciplina de filosofia.

Segundo Aranha e Martins (2013, p.406) com a aprovação da Constituição Brasileira de 1988, faltava elaborar a lei complementar para tratar das Diretrizes e

Bases da Educação Nacional. A primeira LDB foi elaborada em 1961, a redação final tornou-se obsoleta pela demora na aprovação. Por esse motivo, houve grande interesse em agilizar a normatização da nova LDB, que ocorreu em dezembro de 1996, com a promulgação da Lei nº 9.394.

Aranha e Martins (2013, p. 407) dizem que, a nova LDB constituiu-se a partir de uma ampla discussão, que não ficou restrita a Câmara, mas envolveu a sociedade civil, além de várias entidades sindicais, científicas, estudantis e segmentos organizados da educação. Com essa ampla discussão houve a necessidade de um minucioso trabalho do relator Jorge Hage para elaborar a redação final, já que a nova regulamentação era resultado do debate democrático com da comunidade educacional e não simplesmente do poder Executivo. Todavia, paralelamente o senador Darcy Ribeiro, com o apoio do governo e do ministro da Educação, apresentou uma nova proposta que entrou em debate, e que terminou por ser homologado.

O artigo 36, parágrafo 1º, inciso III, definia que os conteúdos, metodologias e formas de avaliação deveriam ser organizados de tal maneira que ao final do ensino médio o educando demonstrasse “domínio dos conhecimentos de filosofia e da sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Para Aranha e Martins (2013, p. 407) “se esses objetivos devem ser visados por qualquer disciplina, com mais razão a filosofia teria condições de abordá-los explicitamente, não só por tomá-los como conteúdo de sua programação de aulas, mas principalmente pelo seu caráter problematizador e argumentativo”.

Bragança (2001) comenta que apesar do movimento que defendia o retorno da filosofia ao ensino médio, houve uma decepção geral, pois não houve a reinserção da filosofia como disciplina obrigatória no currículo.

Em seguida, a resolução 03/98, diz: “as propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar o tratamento interdisciplinar e contextualizado para os conhecimentos de filosofia” (artigo 10, parágrafo 2º, alínea b). Aranha e Martins (2003, p. 407) dizem que, “os professores de outras disciplinas seriam incumbidos por esses “temas transversais”, diretriz que permaneceu nos Parâmetros Curriculares Nacionais”.

Mazai e Ribas (2001, p. 12) afirmam que o anseio pela inserção no currículo do ensino médio continuou pujante entre os educadores, por isso o deputado Padre

Roque Zimmermann apresenta um projeto de lei com esse objetivo. O senado aprova em 2001, mas é vetado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Somente em 2008 a lei nº 11.684 altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do Ensino Médio em todas as séries.

Com a regulamentação da filosofia como componente curricular do ensino médio o Conselho Nacional de Educação homologa os seguintes pareceres e resoluções sobre o tema:

- **Parecer CNE/CEB nº 38/2006**, aprovado em 7 de julho de 2006, que trata da inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia no currículo do Ensino Médio;
- **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 16 de agosto de 2006, que altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- **Parecer CNE/CEB nº 22/2008**, aprovado em 8 de outubro de 2008, sobre a consulta de implementação das disciplinas Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio;
- **Resolução CNE/CEB nº 1/2009**, de 18 de maio de 2009, que dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Com a aprovação do Parecer CNE/CEB nº 38/2006 que incluiu as disciplinas de Filosofia e Sociologia nos currículos do ensino médio, abre-se o processo de discussão visando aprofundar a natureza da Filosofia e qual o objetivo dela enquanto disciplina obrigatória para esse nível de ensino.

Já a Resolução CNE/CEB nº 4/2006 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio que determina que independentemente da organização curricular das escolas os ensinamentos de Sociologia e Filosofia devem ser tratados em condições de igualdade à dos demais componentes curriculares obrigatórios: língua portuguesa, matemática, ciências, história etc. E também determinou aos sistemas de ensino o prazo de um ano para se adequarem, com o objetivo de adotar as providências necessárias ao cumprimento desta resolução.

Para disciplinar e normatizar a implantação das disciplinas de Filosofia e Sociologia o Conselho Nacional de Educação elabora o Parecer CNE/CEB nº 22/2008 que orienta que estas disciplinas sejam implantadas em todas as séries do Ensino Médio do Brasil a partir de 2008. O Parecer nº22/2008 instrui que a inserção ocorra de maneira gradativa, ou seja, na primeira série de 2009, nas primeiras e segundas séries de 2010, finalizando com as três séries em 2011. Nos cursos técnicos esse processo terminaria em 2012, com a inclusão nas quatro séries. O MEC solicitou essa consulta devido aos anseios que as secretarias de educação estaduais nutriam com relação aos prazos para inclusão das disciplinas no currículo do ensino médio.

Após a consulta através do Parecer nº22/2008 o Conselho Nacional de Educação, homologa através da Resolução nº 01/2009 a implantação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio.

## 2.2 OBJETIVOS DO ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

Aranha e Martins (2013, p. 408) defendem que “o olhar filosófico poderia ser desenvolvido por qualquer ser humano, independentemente de qual será sua futura profissão ou seu modo de vida, desde que lhe seja oferecida oportunidade”.

### 2.2.1 Sob a perspectiva das Orientações Curriculares para o Ensino Médio.

Com o propósito de definir os objetivos do ensino de filosofia no ensino médio a pesquisa fundamenta-se nas Orientações Curriculares para o ensino médio, que é composta por três volumes, dividido por áreas: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (volume 1); Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias (volume 2); e, Ciências Humanas e suas Tecnologias (volume 3). O volume 3 é o norteador da pesquisa, pois orienta o trabalho com as disciplinas de Filosofia,

Geografia, História e Sociologia, e nosso objeto é o ensino de Filosofia e quais seus objetivos.

De acordo com as Orientações Curriculares para o ensino Médio a disciplina de Filosofia (BRASIL, v.3, 2006, p. 28), “cumpre o papel formador que articula noções de modo mais duradouro que outros saberes, mais suscetíveis de serem afetados pela volatilidade das informações”.

Segundo Rodrigues e Rodrigues (2014), as orientações curriculares para o ensino de Filosofia apresenta a importância de:

...promover uma educação onde o sujeito seja protagonista do processo educativo, no qual o conhecimento adquirido proporcione ao educando a autonomia para refletir e se posicionar conforme sua opinião, com o objetivo de produzir reflexão. Então o aluno “deve posicionar-se diante dos conhecimentos que lhe são apresentados, estabelecendo uma ativa relação com eles e não somente aprendendo conteúdos”. (BRASIL, v.3, 2006, p. 28).

Rodrigues e Rodrigues (2014) versam que outro apontamento que esse documento evidência é que o ensino de Filosofia favorece o desenvolvimento do educando como pessoa humana, sinalizando “a intenção de uma formação que não corresponda à necessidade técnica voltada a atender a interesses imediatos, como, por exemplo, do mercado de trabalho”. (BRASIL, v.3, 2006, p.29). Essa concepção visa uma formação humanística, invés de focar na formação do sujeito com um único objetivo. Concluindo esse ponto de vista, o objetivo do ensino de Filosofia no Ensino Médio, não é apenas oportunizar ao aluno o desenvolvimento intelectual, mas potencializar a capacidade para solucionar questões originadas nas mais diversas situações. “Essa capacidade de resposta deve ultrapassar a mera repetição de informações adquiridas, mas, ao mesmo tempo, apoiar-se em conhecimentos prévios”. (BRASIL, v.3, 2006, p.29).

Ao abordar a finalidade da disciplina, as orientações curriculares assegura ao aluno seu desenvolvimento integral, e não apenas o intelectual, visando despertar nele o interesse por esse desenvolvimento, onde a autonomia do pensar subsidiará todo esse processo, evidenciando que a Filosofia não deve ser apenas o repasse de conhecimentos. Um sujeito capaz de refletir e buscar respostas para as

mais diversas situações, que produz novos questionamentos a partir de uma dúvida inicial, é mais um dos objetivos desta disciplina.

### 2.2.2 Sob a perspectiva de filósofos, professores e pesquisadores da educação.

Na busca da compreensão dos objetivos da filosofia no ensino médio, recorreremos a Cortella (2009, p. 54), que afirma:

Cada vez mais o Ensino Médio deve dirigir suas propostas de conteúdo em direção de sua especificidade como fornecedora de sólida base científica e formação crítica da cidadania; as disciplinas que, tradicionalmente, eram consideradas amiúde com meras transmissoras de informações científicas, passam a ter um papel mais esclarecedor na formação global do aluno (CORTELLA, 2009, p. 54).

A importância da filosofia na formação do sujeito torna-se fundamental para na construção de desenvolvimento da criticidade, processo desencadeado a partir do pensar, refletir e agir. Gallo e Kohan (2000, p. 31) dizem que:

O estudo de filosofia é essencial por que não se pode pensar em nenhum homem que não seja solicitado a refletir e agir. Isso significa que todo homem tem uma concepção de mundo, uma linha de conduta moral e política, e deveria atuar no sentido de manter ou modificar as maneiras de pensar e agir no tempo. A filosofia oferece condições teóricas para a separação da consciência e do desenvolvimento da consciência crítica, pela qual a experiência vivida é transformada em experiência compreendida, isto é, em um saber a respeito dessa experiência (GALLO E KOHAN, 2000, p. 31).

Abordar quais seriam os objetivos da filosofia no ensino médio requer estudo e reflexão sobre o que os filósofos, professores e pesquisadores de educação afirmam sobre esse tema, seguindo esta linha, a análise destas afirmações são necessárias para sua compreensão.

Segundo Aranha e Martins (2013, p. 12) a filosofia deve “propiciar um olhar de estranheza diante de tudo que nos parece óbvio”. Além de desenvolver a “capacidade de problematizar o senso comum e de exercitar a argumentação com base na tradição filosófica” (Aranha e Martins, 2013, p. 408). Então a filosofia capacita para ver além do que a visão permite, proporcionando a reflexão sobre as situações do cotidiano através de novas perspectivas através do exercício da argumentação.

Para Severino (2014, p. 29) a finalidade da filosofia é “explicitar pedagogicamente ao adolescente o sentido de sua existência, subsidiando-o na compreensão do lugar que ele ocupa na realidade histórica de seu mundo”. (...), ou seja, “subsidiar o jovem aprendiz a ler o seu mundo para se ler nele”. Portanto, é fundamental a filosofia desenvolver no aluno o sentimento de pertencimento ao mundo, para que ele possa compreendê-lo e para reconhecer o seu espaço nele.

Rodrigo (2009, p. 24-25) afirma que:

O objetivo central, para o qual devem convergir os esforços e a metodologia a ser implementada, consiste em introduzir o aluno à filosofia, quer dizer, levá-lo para dentro ou inseri-lo numa forma específica de saber, em duplo aspecto: em relação a determinado conteúdo e a certos procedimentos concernentes à aquisição desse conteúdo. Ambos os aspectos-procedimentos metodológicos e filosóficos – são indissociáveis (RODRIGO, 2009, p. 24-25).

Traçando um paralelo com os PCNs a esse respeito, Rodrigo (2007, p. 44) esclarece-nos que o ensino de filosofia, em sua essência a atividade filosófica, deve ir:

[...] para além do conteúdo concreto a ser ensinado, o que está em questão é, antes, a necessidade de tornar familiar ao estudante um modo de pensar. [...]; a conexão interna entre conteúdo e método deve tornar-se evidente; que o estudante tenha se apropriado significativamente de um determinado conteúdo filosófico significa, ao mesmo tempo, que ele se apropriou conscientemente de um método de acesso a esse conteúdo (BRASIL apud RODRIGO, 2007, p. 44).

Rodrigo (2011, p. 25) continua:

São objetivos, paradoxalmente, limitados e ambiciosos. Limitados, porque não se pretende ir além de uma introdução a alguns aspectos do pensamento filosófico, e ambiciosos, porque se almeja um salto de qualidade, ainda que pequeno, na direção da autonomia intelectual e na aquisição de alguns parâmetros que viabilizem o exercício do pensamento crítico (RODRIGO, 2011, p. 25)..

Na busca pela definição de objetivos nos deparamos com desacordos entre os documentos oficiais e os posicionamentos sobre a importância da disciplina de filosofia no currículo do ensino médio. Então Schulz (2011, p. 128-129) aponta para as divergências existentes entre os objetivos para o ensino de filosofia, e como o professor deve se posicionar sobre esta questão:

O professor, no entanto, depara-se com os objetivos propostos pelas políticas públicas, com as críticas a elas feitas com as outras concepções e até com a posição dos que são contrários ao ensino da filosofia no ensino médio. Cabe-lhe, então, a difícil tarefa de ajustar sua prática com uma concepção de objetivos que lhe sejam coerentes (SCHULZ, 2011, p. 128-129).

Continuando Schulz (2011, p. 128) ressalta que:

Se já existe uma discussão e há divergências em relação à prática do ensino com base nos objetivos, como tendo subjacente uma concepção tecnicista, produtivista de educação, muito mais, então quando se trata do ensino da filosofia (SCHULZ, 2011, p. 128).

Segundo Avelino (2014, p. 27) o ensino de filosofia tem objetivos explícitos e implícitos. Os objetivos explícitos seriam os abordados nos documentos oficiais norteadores da disciplina de Filosofia. Quando se refere aos objetivos implícitos emerge o seguinte conflito:



...a filosofia pretende formar mentes ricas em conhecimentos e pensamentos críticos acerca de quase tudo no meio social e que estas mentes com os seus conhecimentos busquem a sua emancipação intelectual, mostraremos como na verdade estes estão sendo apenas fantoches na mão dos governantes que querem formar pessoas qualificadas o suficiente para o ingresso no mercado de trabalho (AVELINO, 2014, p. 27).

Os dois objetivos ressaltados por Avelino (2014): formar para a cidadania e para o mercado de trabalho estão explicitamente em todos os documentos norteadores para o ensino médio.

De acordo com Avelino (2014, p. 27), a problemática aparece quando:

...é assim como as outras disciplinas do ensino médio a filosofia continua sendo algo imposto pela sociedade e como todas as coisas impostas pela sociedade tem um interesse, esse não pode ser diferente, principalmente no ensino médio inovador. Se antes o aluno tinha uma “formação” onde o pensamento crítico não era bem visto ou não servia para aquela sociedade, hoje o aluno tem por obrigação ter uma formação que o obrigue a pensar, tomar iniciativas, a viver em sociedade e trabalhar em comunhão com os demais (AVELINO, 2014, p.27).

Para Avelino (2014, p. 27-28) é neste ponto que se fundamenta o problema, pois:

...o Ministério da Educação está fazendo uso dos saberes filosóficos para formar mão-de-obra qualificada que pensa, que sabe pensar e agir sem esperar ninguém lhe dar ordem para poder agir, quando ele bem que está se dando bem porque foi promovido por sua COMPETÊNCIA na verdade ele, ex-aluno que agora é trabalhador, mão-de-obra qualificada pensante, está apenas cumprindo aquilo que foi formado com o auxílio generoso da filosofia e da educação (escola) que lhe foi transmitida e estão de acordo com acordo das classes elitistas, capitalistas que comandam inclusive a educação ( AVELINO, 2014, p. 27-28).

A filosofia tem como uma de suas finalidades emancipar o sujeito, mas a partir deste posicionamento tornar-se ferramenta para a inclusão dele no sistema capitalista, como reflete Avelino (2014, p.28) “o que podemos tirar disso é que tanto

a filosofia quanto a educação em si estão meio que “pré-determinadas” a servir ao capitalismo das classes elitistas da sociedade em que estamos vivendo”.

Segundo Avelino (2014, p. 29) os objetivos implícitos da filosofia convergem para a formação de mão-de-obra pensante que contribua com a sociedade, mas não questione seus dogmas e conceitos. Avelino conclui:

Com isso se efetiva o desenvolvimento das competências e habilidades no intuito de formar mão-de-obra qualificada. Vemos então que esta formação filosófica está mais para uma falsa sensação de liberdade do que para uma real emancipação onde o aluno terá sim sua escolha, mas na maioria escolherá o caminho mais fácil (AVELINO, 2014, p. 29).

Então qual seria o caminho a percorrer pela filosofia no ensino médio para atingir seus objetivos? De acordo com Chauí (2012, p. 30) para que a filosofia atinja seus objetivos no ensino médio, ela deve ser uma filosofia que emancipe o sujeito, e que o liberte de dogmas e conceitos impostos pela sociedade.

A função da filosofia é produzir sujeitos que questionem e reflitam em todas as situações que a vida lhes apresente, ou seja, “não aceitar as coisas sem antes analisá-las ver se realmente é o que diz ser (CHAUÍ, 2012, p. 30)”.

## 2.3 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES EM FILOSOFIA

O ato de educar é promovido a partir do desenvolvimento de competências e habilidades nos educandos.

Segundo Perrenoud (1999, p. 30): “Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.). Para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”. Perrenoud (1999, p. 30) esclarece que é fundamental diferenciar competências e habilidades: “Compreendo, de forma simplificada, que a competência orchestra um conjunto de esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação, enquanto a habilidade é menos ampla e pode servir a várias competências”.

Para Félix e Navarro (2009) os conceitos sobre habilidades e competências são muito próximos, então:

Na ação, não é possível separar o conceito de competência e de habilidades, mas eles exigem domínio de certos conhecimentos, para que possam ser efetivados. As habilidades se ligam a atributos relacionados não apenas ao saber-conhecer mas ao saber-fazer, saber-conviver e ao saber-ser, que, de acordo com a UNESCO, são os quatro pilares que sustentam a educação. As competências pressupõem operações mentais, capacidades para usar as habilidades, emprego de atitudes adequadas à realização de tarefas e conhecimentos (FÉLIX, NAVARRO, 2009).

Nesta linha de pensamento Doimo e Gebran (2015, p. 3) diz que competências e habilidades se complementam, portanto:

...as competências contribuem para o processo de aprendizagem na medida em que percebemos sua relação com as formações do sujeito frente ao conhecimento. Porém, as competências não se referenciam sozinhas no ensino, necessitando de serem acompanhadas por habilidade específicas, que farão com que o aluno saiba fazer o que é pressuposto em determinada competência (DOIMO, GEBRAN, 2015, p. 3).

O ensino de filosofia no ensino médio deve promover o desenvolvimento das competências e das habilidades.

Lorieri (2002, p. 104)) enfatiza que há três grupos de habilidades que devem fazer parte no ensino de filosofia:

**Habilidades de investigação:** observar bem; saber formular questões ou perguntas substantivas; saber formular hipóteses; saber buscar comprovações; dispor-se à autocorreção.

**Habilidades de raciocínio:** produzir bons juízos; estabelecer relações adequadas entre ideias e entre juízos; inferir, isto é, “tirar” conclusões; identificar ou perceber pressuposições subjacentes.

**Habilidades de formação de conceitos:** explicar, ou desdobrar, o significado de qualquer palavra; analisar elementos que compõem um conceito qualquer; buscar significados de palavras em fontes como dicionários; observar características essenciais para que algo possa ser identificado; definir, isto é, dizer que algo é e o que o torna inconfundível (LORIERI, 2002, p.104).

Doimo e Gebran (2015, p.3 apud LORIERI, 2002) sintetizam “que as habilidades de investigação (saber observar), de raciocínio (saber inferir) e de formação de conceitos (saber explicar) devem se fazer presentes no ensino de filosofia”.

Nesta perspectiva Doimo e Gebran (2015, p. 4) afirmam que:

...as competências para o ensino da filosofia nos levam a refletir sobre seus propósitos mais contundentes em um espaço que esteja aberto ao diálogo permanentemente, numa perspectiva que se faça presente a partir do processo de filosofar, da consciência humana e da interdisciplinaridade entre as áreas do conhecimento (DOIMO, GEBRAN, 2015, p. 4).

Além de abordar os objetivos para disciplina de Filosofia, as orientações curriculares para o ensino médio descrevem as competências e habilidades que esta deve desenvolver.

Segundo Rodrigues e Rodrigues (2014) como o ensino médio é a etapa final da educação básica, o desenvolvimento de competências e habilidades são essenciais em concepção oposta a mera memorização de conteúdos. Então quais serão as competências que o aluno deverá desenvolver neste período? A capacidade de abstração, do desenvolvimento do pensamento sistêmico ou, ao contrário, da compreensão parcial e fragmentada dos fenômenos? As orientações curriculares demanda atender a estas indagações. Discorre sobre: a criatividade, a curiosidade, a capacidade de pensar múltiplas alternativas para a solução de um problema, ou seja, o desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de trabalhar em equipe, da disposição para procurar e aceitar críticas, da disposição para o risco, de saber comunicar-se, da capacidade de buscar conhecimentos. (BRASIL, v.3, 2006, p.31).

A partir das afirmações acima Rodrigues e Rodrigues (2014) asseguram que as orientações curriculares apresentam o sujeito que a disciplina de Filosofia visa formar, pois segundo o apresentado o sujeito deve ser criativo, curioso, com capacidade de pensar de forma múltipla, crítico, capaz de trabalhar em equipe, comunicativo e autônomo na busca de conhecimentos.

Com base nestas premissas, Rodrigues e Rodrigues (2014) apontam uma contradição, pois como a Filosofia pode contribuir para a construção desse sujeito, com uma carga horária exígua dentro do currículo do ensino médio?

Em suas análises Rodrigues e Rodrigues (2014) concluem que as orientações curriculares para o ensino de Filosofia no ensino médio assegura que o aporte mais significativo é “fazer o estudante acender a uma competência discursivo-filosófica”, principalmente o desenvolvimento das competências comunicativas, que implica um tipo de leitura, envolvendo capacidade de análise, de interpretação, de reconstrução racional e de crítica. (BRASIL, v.3, 2006, p. 30-31). Ou seja, defende que a finalidade é a constituição do sujeito analítico e comunicativo.

Concluindo, Souza (2007, p. 8-9) sintetiza os objetivos da educação média, remetendo para a aquisição de competências e habilidades, prontamente relacionada com o filosofar, que se reúnem em três grupos:

- **Representação e Comunicação:** ler textos filosóficos de modo significativo; ler de modo filosófico textos de diferentes estruturas e registros; elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo; debater, tomando uma posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição em face de argumentos mais consistentes.
- **Investigação e compreensão:** articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas ciências naturais e humanas, nas artes e em outras produções culturais.
- **Contextualização sociocultural:** contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica, quanto em outros planos: pessoal-biográfico; o entorno sócio-político, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico-tecnológica (Souza, 2007, p.8-9).

Então, as orientações curriculares estabelece que o aluno exerça uma atividade reflexiva, que deve acontecer em práticas pedagógicas que sinalizam para a produção de habilidades e competências.

### **3 A FORMAÇÃO DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO.**

O período do ensino médio é uma etapa em que os alunos estão propícios e receptivos a uma aprendizagem que busque fundamentar conhecimentos científicos, técnicos e artísticos, bem como entender conteúdos específicos, e absorver a metodologia de elaboração desses conteúdos.

Para Severino (2014, p. 29):

Portanto, em se tratando desse nível de ensino professores e alunos se encontram integrados e engajados numa atividade conjunta de construção de conhecimento em que o ensinar se articula, de modo íntimo e intrínseco, com o aprender, processos que só se tornam fecundos se lastreados numa consistente e sistemática postura investigativa, que precisa envolver os dois segmentos (SEVERINO, 2014, p. 29).

Então, quando o tema é a educação de adolescentes, não podemos perder o foco, ou seja, a formação que se deseja a busca por um ideal, onde a função do professor é nortear o processo de compreensão de sua existência, contribuindo para seu entendimento do lugar que ele ocupa na realidade histórica do seu mundo.

“Pode-se sintetizar essa finalidade na seguinte expressão: subsidiar o jovem aprendiz a ler o seu mundo para se ler nele. E para se alcançar essa finalidade, a mediação do ato docente é necessária e insubstituível” (SEVERINO, 2014. p.29).

#### **3.1 A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO.**

A filosofia contribui de forma significativa na formação dos alunos de ensino médio, quando cumpre sua especificidade que é romper com o senso comum e com o dogmatismo, subsidiando a iniciação do debate, a crítica, e a reflexão.

Embora se trate de uma tarefa de todo o currículo, em sua totalidade, essa mediação formativa se enfatiza no caso da Filosofia porque ela se coloca essa finalidade de forma explícita, direta e imediata, na medida em que procura subsidiar o sujeito e educando a ressignificar sua experiência do mundo. E ela faz isso com a ajuda do conhecimento (SEVERINO, 2014, p. 30).

Toda vez que abordamos o tema ensino de filosofia, faz-se necessário justificá-lo, pois sua história basear-se em idas e vindas dentro do currículo.

Geralmente justificam o ensino de filosofia no ensino médio a partir de duas finalidades: garantir o desenvolvimento da criticidade do estudante e garantir uma interlocução entre as diversas disciplinas.

Defender o ensino de filosofia na educação média a partir dessas finalidades torna-se complicado e perigoso. Partindo dessa premissa, esclarecer é necessário. O desenvolvimento da criticidade do estudante não é função exclusiva da filosofia, pois outras disciplinas devem fazê-lo, bem como o diálogo interdisciplinar. Atribuir essas funções a filosofia também se torna uma ameaça, caso ela não dê conta de executá-las, pois pode tornar-se um argumento para sua retirada definitiva do currículo.

A justificativa presente na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) diz que a filosofia é necessária para o exercício da cidadania.

Segundo Gallo (2007, p. 20) esta justificativa também é um problema:

...trata-se de fazer uma filosofia um instrumento para a realização de um fim, no caso o exercício da cidadania; e sabemos que, desde suas origens, a filosofia resiste a ser tutelada, a ser instrumentalizada. Pelo menos desde Aristóteles a filosofia se caracteriza como um fim em si mesma. Instrumentalizá-la numa política educacional pode significar, pois, sua própria morte. E aí estaríamos no paradoxo dos paradoxos: inserir a filosofia no currículo da educação média, matando a filosofia enquanto movimento, processo, experiência de pensamento não-tutelado! (GALLO, 2007, p. 20).

Para Gallo (2007, p. 20) a justificativa para o ensino de filosofia no ensino médio consiste na própria caracterização deste nível de ensino. Onde sabemos

que esta é a etapa final da educação básica, na qual se busca uma concepção da formação ampla do educando.

Deleuze e Guattari citado por Gallo (2007, p.20) afirmam que o pensamento possui três potências, sendo elas: a arte, a ciência e a filosofia, que subsidiam o exercício da criatividade. Uma potência complementa a outra, onde “de seu mergulho no caos, o artista traz perceptos e afectos; o cientista traz funções; o filósofo traz conceitos”. Produzindo assim, uma experiência específica do pensamento criativo.

Como nossos currículos de ensino médio na sua totalidade são científicos, enfatiza o ensino instrumentalizado e conteudista da ciência, deixando de lado as potências da arte e da filosofia.

Então Gallo (2007, p. 21) defende que:

...esta seja uma justificativa pertinente para a presença da filosofia nos currículos da educação média: a busca de um equilíbrio entre as potências da arte, da ciência, da filosofia, de modo que os jovens possam ter acesso a essas várias possibilidades de exercício do pensamento criativo, aprendendo a pensar por funções (ciência), mas também por perceptos e afectos (arte) e por conceitos (filosofia) (GALLO, 2007, p. 21).

Assegurar aos estudantes o contato com essas potências produzirá uma experiência singular, pois esta etapa de ensino é única, os alunos não terão outra oportunidade para experimentar o pensamento conceitual (filosofia), o pensamento funcional e proposicional (ciência) e o pensamento perceptual e afectivo (arte) em conjunto, pois haverá aqueles que concluirão seus estudos nesta etapa, e os que optarem pela formação acadêmica com certeza seguirá por uma única área.

Portanto, proporcionar ao aluno uma educação baseada neste equilíbrio de potências é de fundamental importância.

Gallo (2007, p. 21), ainda, ressalta:

Daí a importância da presença da filosofia no ensino médio: ela se constitui numa experiência singular de pensamento, e, se o estudante não se encontrar com ela nesse nível mais abrangente de ensino, talvez



jamais o faça. Penso ser essa uma justificativa mais que suficiente (GALLO, 2007, p. 21).

Segundo Gallo (2007, p. 22), para ensinar filosofia, devemos compreender qual a sua especificidade, isso significa o que ela pode fazer, o que a torna única, e que as demais áreas do conhecimento não poderão proporcionar. Então seriam três as principais características da filosofia:

1. trata-se de um pensamento conceitual: enquanto saber, ela é sempre produto de pensamento, é uma experiência de pensamento. Mas o que caracteriza a filosofia, (...) é que ela é uma experiência de pensamento que procede por conceitos, que cria conceitos, à diferença da ciência e da arte;
2. apresenta um caráter dialógico: ela não se caracteriza como um saber fechado em si mesmo, uma verdade dogmática, mas como um saber que se experimenta, que se confronta consigo mesmo e com os outros, que se abre ao diálogo com outros saberes, um saber aberto e em construção coletiva;
3. possibilita uma postura de crítica radical: a atitude filosófica é a da não-conformação, do questionamento constante, da busca das raízes das coisas, não se contentando com respostas prontas e sempre colocando em xeque as posturas dogmáticas e as certezas apressadas. (GALLO, 2007, p. 22)

Apesar de serem três características, Deleuze e Guattari citado por Gallo (2007, p.23) ressalta que apenas uma é específica da filosofia, o trabalho com o conceito.

O filósofo é o amigo do conceito, ele é conceito em potência. Quer dizer que a filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente formas, achados ou produtos. A filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em criar conceitos [...] Criar conceitos sempre novos é o objeto da filosofia. É porque o conceito precisa ser criado que ele remete ao filósofo como aquele que o tem em potência, ou que tem sua potência e sua competência [...] Os conceitos não nos esperam inteiramente feitos, como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam [...] Que valeria um filósofo do qual se pudesse dizer: ele não criou um conceito, ele não criou seus conceitos? (DELEUZE; GUATTARI, 1992 apud GALLO, 2007, p. 23).

Então, a característica singular da filosofia é produzir o pensamento conceitual, que é proporcionar aos alunos a competência de elaborar conceitos por meio da atividade criativa, a partir de problemas vivenciados. Para Gallo (2007, p.24), “conceitos não são materiais, mas possuem uma materialidade em sua criação”.

A tarefa de criar conceitos é complexa, bem como defini-los, mas é necessário extinguir todas as dúvidas quanto a sua contextualização.

Assim, o conceito não deve ser procurado, pois não está aí para ser encontrado. O conceito não é uma “entidade metafísica” ou um “operador lógico”, ou uma “representação mental”. O conceito é um dispositivo, uma ferramenta, algo que é inventado, criado, produzido, a partir das condições dadas, e que opera no âmbito mesmo dessas condições. O conceito é um dispositivo que faz pensar, que permitir, de novo, pensar. O que significa dizer que o conceito não indica, não aponta uma suposta verdade, o que paralisaria o pensamento; ao contrário, o conceito é justamente aquilo que nos põe a pensar. Se o conceito é produto, ele é também produtor; e, sobretudo, produtor de acontecimentos, na medida em que é o conceito que recorta o acontecimento, que o torna possível (GALLO, 2003 apud GALLO, 2007, p. 24-25).

Além dessas três características, Gallo (2007, p.32) apresenta uma quarta. Essa quarta característica essencial da filosofia é a transversalidade. Então o que seria transversalidade?

...termo que, na educação, é entendido como uma forma de organizar o trabalho didático na qual alguns temas são integrados nas áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas. O conceito de transversalidade surgiu no contexto dos movimentos de renovação pedagógica, quando os teóricos conceberam que é necessário redefinir o que se entende por aprendizagem e repensar também os conteúdos que se ensinam aos alunos (MENEZES, SANTOS, 2012).

Segundo Gallo (2007, p. 32), “transversalidade, significa que a filosofia não se fecha em si mesma, ensimesmada, mas abre-se sempre a outrem, busca a relação”.

Atualmente a política educacional brasileira enfoca o caráter da transversalidade para a filosofia. A manifestação que o valor da filosofia é essencial,

que não pode ficar presa em uma única disciplina, mas transitar entre as demais, tornando-se um “tema transversal”, para estar presente em todas as disciplinas.

A característica de transversalidade da filosofia pode soar contraditória, pois abordamos que não podíamos justificar a presença da filosofia na grade curricular do ensino médio pautado nesta finalidade, que está justificativa poderia causar sua extinção já que esta característica também é comum a outras disciplinas. Gallo (2007, p. 33) desfaz essa contradição, ao abordar o conceito defendido de transversalidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) quando afirma: “Ali a transversalidade aparece como uma forma de realizar a interdisciplinaridade, como efeito meramente pedagógico, sem a dimensão epistemológica de um trânsito por entre os saberes”.

Portanto a disciplina de filosofia tem como função transitar entre as demais disciplinas para colocá-la em conexão direta com as outras potências do pensamento como arte e a ciência, para produzir um conhecimento que engloba todas as potências e resulta em um conhecimento que subsidiará os próximos degraus de aprendizagem.

### 3.2 A FILOSOFIA E A PREPARAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA.

A inclusão da filosofia no currículo do ensino médio tem várias justificativas, mas uma é contundente: o preparo dos jovens para o exercício da cidadania (SILVEIRA, 2011, p. 54).

A pergunta que se coloca é: qual a contribuição específica da Filosofia em relação ao exercício da cidadania para essa etapa da formação? A resposta a essa questão destaca o papel peculiar da filosofia no desenvolvimento da competência geral da fala, leitura e escrita – competência aqui compreendida de um modo bastante especial e ligada à natureza argumentativa da filosofia e à sua tradição histórica. Cabe, então, especificamente à filosofia, a capacidade de análise, de reconstrução racional e de crítica a partir da compreensão de que tomar posições diante

de textos propostos de qualquer tipo (tanto textos filosóficos quanto textos não filosóficos e formações discursivas não explicitadas em textos) e emitir opiniões acerca deles é um pressuposto indispensável para o exercício da cidadania” (BRASIL, 2006, p. 26).

Para compreender melhor o preparo para o exercício da cidadania faz-se necessário compreender o que é cidadania?

Rios (2001), citando Comparato (1998, p. 12), afirma que este é o sentido da origem de cidadania: o pólitês da Grécia antiga, que os romanos traduziram por cives, era propriamente o sócio da cidade, aquele que possuía direitos e deveres comuns a todos os cidadãos, e participava ativamente das decisões coletivas.

Segundo Rios (2001, p. 114), “a cidadania implica uma consciência de pertença a uma comunidade e também de responsabilidade partilhada”.

Para Severino (2004, p.98), ser cidadão não é só poder usufruir de bens materiais necessários para a sustentação de sua existência física, mas dos bens simbólicos necessários para a sustentação de sua existência subjetiva e dos bens políticos necessários para a sustentação de sua existência social.

Para definir cidadania Silveira (2013, p. 53) busca subsídios na filosofia sob a perspectiva histórica, e esclarece:

... cidadania é reconhecida a partir de dois princípios básicos: o jus soli (do latim: direito de solo) e o jus sanguinis (direito de sangue). Pelo jus soli, a cidadania ou nacionalidade é atribuída a uma pessoa de acordo com o local de seu nascimento [...] Por sua vez, pelo jus sanguini, o critério é dado pela ascendência da pessoa, isto é pela nacionalidade de seus pais (SILVEIRA, 2013, p. 53).

A perspectiva que nos interessa é a de pertencimento a uma sociedade, onde somos beneficiários de direitos e submetidos a deveres estabelecidos e assegurados pelo Estado.

Então que cidadania é essa que almejamos para os nossos jovens? Silveira (2013, p. 59-60) recorre aos Parâmetros Curriculares Nacionais para responder essa indagação.

A cidadania vislumbrada pelos PCNs, portanto, requer proporcionar aos jovens condições para que desenvolvam certas competências que lhes permitam adaptar-se às constantes mudanças e inovações por que passam os processos sociais, particularmente o processo produtivo, inserindo-se neles em condições de contribuir para o seu bom funcionamento e seu aprimoramento. Desse modo, a educação estaria favorecendo o desenvolvimento social e a eliminação de fatores de exclusão (SILVEIRA, 2013, p. 59-60).

Para Silveira (2013, p. 60), os Parâmetros Curriculares Nacionais define que o modelo de cidadania desejado para o ensino médio é a necessidade de adaptação aos processos produtivos. E ressalta que em nenhum momento é abordado o desenvolvimento da competência para questionar, ou transformar as bases desse processo com o intuito de adaptá-los às necessidades humanas.

Segundo Silveira (2013, p. 61), a concepção de cidadania se expressa em três dimensões que se entrecruzam: a estética, a ética e a política.

A dimensão estética é aquela associada à “sensibilidade” e envolve: “a capacidade de acesso à própria “natureza interna”; “fluência na expressão subjetiva e na livre aceitação da diferença”; “capacidade de “conhecer-se a si mesmo”; possibilidade de “elaboração consciente de comportamento sintomáticos e/ou afetos reprimidos”; “abertura para a diversidade, a novidade e a invenção” (BRASIL, 1999, p. 332)

A dimensão ética relaciona-se àquilo que os PCNs denominam de “identidade autônoma”. Inclui, entre outros, os seguintes aspectos: “consciência e atitude de respeito universal e liberdade na tomada de posição”; “possibilidade de agir com simetria”; “capacidade de reconhecer o outro em sua identidade própria”; admitir a “solidariedade como forma privilegiada de convivência humana”; “liberdade para tematizar e, eventualmente, criticar normas”; “agir com reciprocidade com relação àquelas que foram acordadas”; “poder, livremente, decidir sobre o que fazer da própria vida” (BRASIL, 1999, p. 332).

A dimensão política, que se expressa na “participação democrática”, compreende: “reconhecimento dos direitos humanos”; “igualdade de acesso aos bens naturais e culturais”; “atitude tolerante e protagonismo na luta pela sociedade democrática” (BRASIL, 1999, p. 332).

Concluindo os Parâmetros Curriculares Nacionais exprimem:

Sem a consciência de direitos e deveres individuais e coletivos, sem a sede de uma justiça que distribua de modo equânime o que foi produzido socialmente, sem tolerância a respeito de opiniões e estilos de vida “não convencionais” e, sobretudo, sem o engajamento concreto na busca por

uma sociedade democrática, não é possível de nenhum modo que se imagine o exercício pleno da cidadania (BRASIL, 1999, p. 332).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais fala do exercício da “cidadania plena”, mas do que se trata esse termo? Silveira (2007, p. 62) afirma: “...nada mais é do que uma cidadania plenamente liberal, que se atém à afirmação formal de direitos e deveres, visando propiciar o aperfeiçoamento da sociedade democrática - é para essa cidadania que a Filosofia deve contribuir”.

O ensino de filosofia colabora com a formação do indivíduo, sob esta perspectiva Gallo (2004, p. 150), recorre a Nietzsche que denominou “educar-se a si mesmo”. Essa proposição nietzschiana contribui para a construção de um pensamento próprio, condição decisiva para a formação da cidadania.

Para Gallo a filosofia contribui significativamente para a formação da cidadania, “a filosofia é necessariamente algo voltado para a vida, para o cotidiano, para pensar aquilo que nos incomoda diretamente, para fazer com que vivamos melhor. Numa palavra, uma filosofia da imanência” (2004, p. 151). Então, Gallo concebe o ensino de filosofia como uma conduta de pensamento particular perante o cotidiano e a vida.

A partir dessa concepção, a filosofia é essencial para natureza humana. Sob essa ótica concebe uma problemática, o que se deve abordar em filosofia no ensino médio com o intuito de formar um cidadão. Nesta linha de pensamento Gallo (2004, p. 151-152) propõe a seguinte reflexão:

A meu ver, só faz sentido uma cidadania ativa, em que o indivíduo participe de fato da vida política, seja nos níveis mais restritos de sua ação, como as instituições nas quais toma parte por trabalho e lazer, seja nos níveis mais abrangentes da sociedade. Para que esta cidadania seja construída e conquistada coletivamente, o processo educativo é fundamental. Mas uma educação para a singularidade, que afirme e produza a liberdade, a criatividade e a solidariedade. Para essa educação, de fato a filosofia pode e deve contribuir. Mas uma filosofia da imanência, atenta à vida, às suas particularidades e multiplicidade (GALLO, 2004, p. 151-152).

Para formar um cidadão é necessária uma educação voltada para cidadania, Aranha e Martins (2013, p. 411) nos explicam que:

A educação para a cidadania, portanto, não se reduz necessariamente à leitura de textos específicos sobre cidadania, embora estes não sejam desconsiderados. O ensino de filosofia tem como objetivo desenvolver a competência discursiva-filosófica (ARANHA, MARTINS, 2013, p. 411).

A cidadania depende do desenvolvimento da autonomia do pensar. Portanto fomentar a reflexão crítica nos jovens contribui para sua formação cidadã.

Segundo Aranha e Martins (2013, p. 411) “não há cidadania se não for alcançada a autonomia do pensar crítico, que, na filosofia, tem o seu diferencial pelo recurso à tradição filosófica”.

Então buscar subsídios na tradição filosófica é essencial na construção de uma educação que visa um cidadão que tenha consciência do seu papel, e qual o seu lugar por direito e conseqüentemente qual sua responsabilidade com a sociedade.

A filosofia no ensino médio executa sua função quando o professor tem consciência do seu papel e oferta condições para que seus alunos desenvolvam a plena cidadania.

O trabalho do filósofo-educador é o de oferecer condições para que todo e qualquer aluno desenvolva as competências típicas da reflexão filosófica. Ensinar a pensar filosoficamente é dar condições para a autonomia e a emancipação do educando, porque a sociedade propriamente moral e democrática necessita de pessoas capazes de autocritica constante (ARANHA; MARTINS, 2013, p. 423).

#### **4 A AULA DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO.**

Como qualquer disciplina a filosofia não tem uma receita, ou roteiro pronto para nos dizer como deve ser desenvolvida em sala de aula para que atinja seus objetivos.

A didática da filosofia, segundo Rodrigo (2007, p.43) tem dupla finalidade:

- 1) Ser instrumento facilitador da aprendizagem;
- 2) Promover a transição para a construção da capacidade de pensar por conta própria, de modo que o estudante consiga progressivamente dispensar mediações heterônimas, construindo ele próprio suas mediações com o pensador e com o texto filosófico (RODRIGO, 2007, p. 43).

Segundo Rodrigo (2009, p. 45) é o professor que será o elo entre a filosofia e os alunos, neste primeiro contato com a disciplina. O autor nos diz:

Na conjuntura posta pelo atual ensino médio, cabe ao professor ser mediador entre a filosofia e os alunos iniciantes, que não possuem ainda qualificações requeridas para o acesso a esse saber por conta própria, o que supõe que ele seja capaz de traduzir em termos simples um saber especializado (RODRIGO, 2009, p. 45).

Além de mediador da aprendizagem o professor de filosofia, no desenvolvimento de sua função encontra algumas adversidades, conforme Rodrigo (2009, p. 71):

Para dar conta dessa tarefa, muitos desafios precisam ser superados, desde as deficiências de sua própria formação e as carências dos alunos, até condições institucionais adversas ao ensino da disciplina, como, por exemplo, o tempo exíguo que lhe é destinado na grade curricular (RODRIGO, 2009, p. 71).



Então, como desenvolver a disciplina de filosofia dentro de sala de aula?  
Quais estratégias utilizar? Que procedimentos?

Para Rodrigo (2007, p. 44) um das alternativas é:

Aliar a aquisição de um conteúdo filosófico à apropriação de um método de acesso a esse conhecimento significa abrir um caminho para que o estudante conquiste progressivamente uma autonomia intelectual que o capacite a apropriar-se de outros conteúdos por conta própria (RODRIGO, 2007, p. 44).

De acordo com Gallo (2007, p. 25) há vários modelos de aula de filosofia, “modelos mais ou menos comuns e consensuais”. O autor cita exemplos:

...aquela que enfatiza o caráter dialógico, colocando todos os alunos “em círculo”, para possibilitar o diálogo em pé de igualdade; aquela que enfatiza o debate, e não raro não chega a sair de uma espécie de “arena de opiniões”; aquela em que o professor traz notícias “fresquinhas” de jornal para ser analisadas e debatidas, enfatizando o sentido do cidadão que participa de sua comunidade; aquela que adquire um “tom enciclopédico”, na medida em que o professor vai fazendo desfilar diante dos estudantes uma galeria de filósofos e /ou sistemas filosóficos, articulados ou não segundo uma cronologia histórica; aquela em que o professor desenvolve análise e comentário de textos filosóficos (GALLO, 2007, p.25).

Seguindo a mesma linha de raciocínio na busca de uma solução plausível para a questão do melhor método para se trabalhar filosofia no ensino médio, Gallo (2007) diz haver vários modelos.

Nas aulas de filosofia, segundo Rodrigo (2007, p. 44):

...a busca de estratégias didáticas específicas e adequadas à natureza do saber filosófico frequentemente tem privilegiado três aspectos formais ou processos de pensamento como balizadores da prática do ensino de filosofia:

- 1) Problematizar o tema;
- 2) Conceituar uma noção;
- 3) Argumentar sobre uma tese (RODRIGO, 2007, p. 44).

Nesta perspectiva a autora apresenta uma problemática, pois:

A capacidade de problematização implica a assunção de uma postura filosófica diante do real. Ora, os alunos com que nos defrontamos no ensino médio estão imersos numa visão comum de mundo, cujos os horizontes não vão além de um conjunto de certezas cristalizadas e crenças pouco fundamentadas. Além do mais, a representação que os estudantes se fazem de suas necessidades espirituais está fortemente ancorada numa cultura tecnocrática, entre as quais certamente não se inclui a necessidade de reflexão filosófica (RODRIGO, 2007, p. 45).

Para esta problemática, Rodrigo (2007, p. 45) aponta uma solução, que “o caminho mais indicado parece ser tornar os conhecimentos filosóficos significativos para o aluno”, para que isso ocorra:

...no ensino de filosofia não basta levar em conta apenas a sistematização na apresentação dos conteúdos; é preciso considerar também as significações subjetivas, que devem ser diferenciadas do significado lógico e objetivo da disciplina (RODRIGO, 2007, p. 45).

Outro questionamento apresentado pela autora é o fato que “a análise de textos filosóficos pode não bastar para garantir a aprendizagem do aluno do ensino médio”. Então ressalta Rodrigo (2007, p.45) que, “embora tais textos sejam potencialmente significativos, o aluno muitas vezes não tem condições de estabelecer com eles uma interação significativa porque lhe faltam referenciais que viabilizem tal interação”.

De acordo com Rodrigo (2007, p. 45) uma alternativa para esta questão é estabelecer um vínculo entre o sujeito e o conhecimento, uma vez que este processo desperta o interesse, que impulsiona e gera motivação.

A ação de criar vínculos faz com que o interesse dos alunos do ensino médio desperte, e conseqüentemente esse movimento resulta em motivação.

Gallo (2007, p. 24) busca subsídios na obra de Deleuze e Guattari, para afirmar que filosofia “não é apenas um conjunto de conhecimentos criados historicamente, mas, sobretudo uma atividade criativa”.

Um dos desafios é desenvolver a atividade criativa. Um dos caminhos apontados por Gallo (2009, p. 22) é o trabalho com a criação de conceitos, “o

específico da filosofia é o trabalho com o conceito;... a filosofia, como uma das três potências do pensamento, distingue-se por criar conceitos”.

Gallo apud Gallo (2009, P. 24-25) define o que é conceito:

O conceito não é uma “entidade metafísica” ou um “operador lógico”, ou uma “representação mental”. O conceito é um dispositivo, uma ferramenta, algo que é inventado, criado, produzido, a partir de condições dadas, e que opera no âmbito mesmo dessas condições. O conceito é um dispositivo que faz pensar, que permite de novo, pensar. O que significa dizer que o conceito não indica, não aponta uma suposta verdade, o que paralisa o pensamento; ao contrário, o conceito é justamente aquilo que nos põe a pensar. Se conceito é produto, ele é também produtor: produtor de novos pensamentos, produtor de novos conceitos; e, sobretudo, produtor de acontecimentos, na medida em que é o conceito que recorta o acontecimento, que o torna possível (GALLO, apud GALLO, 2009, p. 24-25).

Para desenvolver um trabalho numa oficina de conceitos Gallo (2007, p. 26) aponta quatro etapas:

- 1.Sensibilização;
- 2.Problematização;
- 3.Investigação;
- 4.Conceituação.

A sensibilização é o momento inicial do trabalho, em que apresentamos aos alunos um determinado tema ou assunto que os sensibilize, que faça parte do seu cotidiano. Gallo (2007, p. 27) afirma que: “sabemos que os conceitos só são criados para enfrentar problemas que efetivamente vivemos”. Então é fundamental que os alunos experienciem o problema como deles. Para isso, podemos utilizar recursos artísticos como: músicas, filmes, poemas, etc., que tenha relação com o tema a ser desenvolvido. O autor sugere que nesta etapa também é possível proporcionar ao aluno o “alargamento dos horizontes culturais”, ou seja, sensibiliza-los através de um recurso artístico conhecido, para depois apresentar outros recursos que tratem o mesmo tema, para ampliar suas “experiências estéticas”.

A partir do tema escolhido, segue-se para segunda etapa a problematização. O professor instigará seus alunos a produzir indagações, partindo do conhecimento que eles têm do assunto. Nesse processo o professor conduz os alunos a relacionar o tema ao que já sabem e aos fatos do cotidiano, o objetivo deste momento é

estimular a dúvida sobre “às afirmações taxativas, às certezas prontas e às opiniões cristalizadas”.

Gallo (2007, p. 29) assegura que: “quanto mais completa a problematização, mais intensa será a busca por conceitos que possam nos ajudar a dar conta do problema”.

Com esse movimento os alunos desenvolveram o pensamento autônomo sobre o tema abordado, que lhes permitiram seguir adiante neste processo.

A investigação é o momento em que os alunos buscaram subsídios para solucionar o problema. Para tal, Gallo (2007, p. 29) diz que: “uma investigação filosófica busca os conceitos na história da filosofia que podem servir como ferramentas para pensar o problema em questão”.

Nesta etapa é essencial instigar os alunos a buscar na história da filosofia referenciais que ofereçam o suporte necessário para reflexão sobre o problema, essa ação possibilita uma “visão particular da história da filosofia”, e é na constância desta prática que se viabiliza uma “visão mais geral e abrangente”, que auxilia na resolução do problema diagnosticado.

De acordo com Rodrigo (2007): “a necessidade de um aprofundamento na análise do tema deverá demandar o recurso ao texto filosófico que, nesta altura, será solicitado por uma necessidade reflexiva vivenciada pelo estudante” (p.47).

Para tal, é essencial a leitura analítica do texto, que Rodrigo (2007, p. 49) apresenta em duas etapas:

- 1) Esclarecimento semântico e conceptual: buscar a significação dos termos e conceitos desconhecidos, recorrendo a dicionários, enciclopédias e outras obras de referência geral, como os manuais e histórias da filosofia.
- 2) Estruturação lógica do texto: trata-se de elaborar um esquema apresentando a estrutura redacional do texto mediante a elaboração de uma espécie de índice dos vários tópicos abordados, segundo sua estrutura lógica. Boa parte dos textos admite uma divisão em grandes momentos redacionais: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão. A seguir devem ser feitas as divisões no interior das partes, esquematizando-se as ideias essenciais de cada uma delas. A esquematização desses três momentos permite a visualização do raciocínio do texto em sua globalidade, Isto é, o encadeamento dos conceitos e ideias (RODRIGO, 2007, p. 49).

Rodrigo apud Severino (2007, p. 50-51) que apresenta uma terceira etapa no processo de leitura analítica, a análise interpretativa, segundo a autora a que apresenta o maior grau de dificuldade:

Interpretar, em sentido estrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade de ideias expostas, é cotejá-las com outras, enfim é dialogar com o autor (SEVERINO, 2007, p. 50-51).

Para encerrar a oficina de conceitos, na conceituação o aluno realizará a reelaboração dos conceitos obtidos, com o objetivo de sanar o problema, ou formular novos conceitos.

Segundo Gallo (2007, p. 30) é na etapa de investigação, que buscamos a “ecologia de conceitos”:

...de procurar aqueles que se relacionam com o problema que estamos investigando, identificando seus parentescos, como eles vão se transformando pela história da filosofia para adequar-se também às transformações históricas dos problemas. Aqui, nessa etapa final, trata-se de fazer o movimento filosófico propriamente dito, isto é, a criação do conceito. Se na investigação pela história da filosofia encontramos conceitos significativos para o nosso problema, trata-se então de deslocá-los para nosso contexto, recriando-os de forma que apresentem possíveis soluções; se, por outro lado, não encontramos conceitos que deem conta do nosso problema, certamente encontramos uma série de elementos que nos permitem criar um conceito próprio (GALLO, 2007, p. 30).

A conceituação é o processo de criação ou recriação do conceito, que parte de um problema inicial, e busca subsídios na história da filosofia para resolvê-lo.

De acordo com Gallo, Deluze e Guattari apresenta o conceito como ferramenta, “e para cada ferramenta temos um conjunto de usos, que podem ser inclusive revertidos e subvertidos”.

Os conceitos são ferramentas, e podem ser armas, dependendo do uso que deles fazemos. E claro que as armas não são boas ou más em si mesmas; os conceitos podem ser armas de transformação ou armas de conservação, dependendo das intenções de quem os usa (Gallo, 2007, p. 31).

Gallo (2007, p. 26) defende o trabalho com a oficina de conceitos por “colocar aos estudantes um problema filosófico, fazendo com que eles vivenciem o problema, para que possam efetivamente fazer o movimento da experiência de pensamento”. E ressalta (2007, p.31) que, “a aula de filosofia como oficina de conceitos está longe, portanto, de ser um empreendimento ingênuo ou alienado”, e complementa, “pode ser arma de luta; o conceito pode ser ferramenta de engajamento”.

Para que a aula de filosofia seja uma ferramenta de engajamento deve ensinar a pensar filosoficamente.

Gallo, Guido e Kohan (2013, p.102-103) consideram que “o aprender não pode estar dissociado daquilo que se aprende”, ou seja, que aprender filosofia não pode ser dissociada do pensar filosoficamente.

Para ensinar a pensar filosoficamente é necessário um caminho, ou seja, uma metodologia do ensino de filosofia.

Gallo, Guido e Kohan (2013, p. 108) apontam três possibilidades para o ensino de filosofia: a abordagem histórica, a abordagem temática e a abordagem problemática.

Na metodologia do ensino de filosofia através da abordagem histórica dos conteúdos, os sistemas e autores são tratados a partir de uma ordem cronológica. Este conceito de ensino baseia-se em delimitar os conteúdos a serem ministrados a partir da História da Filosofia. Elegem-se os filósofos mais importantes e seus respectivos sistemas em cada época e propõe um programa a partir desse conteúdo. A adversidade dessa abordagem é o risco dela tornar-se um ensino enciclopédico, onde é traçado um panorama do pensamento filosófico, mas que não oportuniza a experiência filosófica dos alunos.

Na abordagem temática do ensino de filosofia o encaminhamento pedagógico inicia através da seleção de temas como: democracia, liberdade, política etc. Então o professor planeja suas aulas, com o objetivo de aproximar o tema escolhido com a realidade vivenciada pelos alunos. Para que isso ocorra o professor

pode lançar mão de textos filosóficos ou textos produzidos por comentadores, além de utilizar materiais como: músicas, vídeos, histórias em quadrinhos, textos literários etc.

Gallo, Guido e Kohan (2013, p. 120) justificam a utilização da abordagem temática, pois ela é “uma abordagem mais bem contextualizada dos conteúdos filosóficos”. Através da contextualização o aluno é convidado a participar ativamente de maneira criativa deste processo, por meio de “aulas expositivas, seminários, estudos de textos, pesquisas orientadas, debates em grupos etc”.

O objetivo desta abordagem é que o aluno desenvolva a autonomia do pensamento, utilizando como suporte os filósofos na elaboração do seu “próprio pensamento”.

Finalmente, a terceira abordagem é a problemática, onde o pensamento filosófico é criado a partir de problemas.

Uma abordagem problemática do ensino de filosofia procura organizar os conteúdos a serem trabalhados de modo a explicitar problemas que fizeram os filósofos pensar e produzir seus conceitos, qual era seu movimento de criação. E pode ser uma maneira de o professor de filosofia estimular os estudantes a fazerem, também eles, a experiência do pensar filosófico (GALLO, GUIDO e KOHAN, 2013, p. 121).

O trabalho com problemas instiga o pensamento a criar conceitos para solucioná-los, este processo possibilita vivenciá-lo e experimentá-lo, motivando o aluno à ação de filosofar.

Tornar o aprendizado da filosofia regressivamente, partindo dos conceitos para poder compreender os problemas que os suscitaram, mobiliza no aprendiz de filosofia a experimentação dos problemas como experiência sensível. E, quando isto efetivamente se passa, está aberto o caminho para o pensamento próprio, instigado pela experiência do problema (GALLO, GUIDO & KOHAN, 2013, p.126).

O trabalho com problemas fomenta a criação de conceitos que não pode ser o fim do processo, mas uma forma de provocar a construção de novos problemas, ou seja, o movimento do pensar filosófico.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filosofia precisa se apoderar de seu lugar na grade curricular do ensino médio e no campo político-institucional.

Acredito que a disciplina de filosofia é substancial na grade curricular do ensino médio, uma vez que é uma ferramenta essencial para a formação da identidade humana. Essa função não deve ser outorgada a outra disciplina, pois é a filosofia que tem cuidado do entendimento do humano numa concepção universal.

A disciplina de filosofia não deve restringir-se a mais uma na grade curricular, o papel da filosofia no ensino médio é no mínimo o de provocar um novo olhar do aluno para o mundo que o cerca. Esta disciplina se difere das demais por não trazer respostas, mas estimular aos alunos a produzir indagações a partir de reflexões sobre os mais variados temas.

Além de despertar o olhar do aluno para o mundo que o cerca, a filosofia o capacita para lê-lo e desse modo ele pode se ler nele, o que potencializa o sentimento de pertencimento a este mundo, ou seja, compreende-lo para identificar-se nele.

O período do ensino médio é uma etapa em que os alunos estão propícios e receptivos a uma aprendizagem que busque fundamentar conhecimentos científicos, técnicos e artísticos, bem como entender conteúdos específicos, e absorver a metodologia de elaboração desses conteúdos.

Logo, a filosofia deve transpassar o currículo do ensino médio fomentando a reflexão sobre o conhecimento construído ao longo do tempo e suscitando dúvidas em relação as verdades prontas e imutáveis, fomentar no aluno o sinal de alerta sobre o que lhe parece óbvio. Neste movimento de compreensão da realidade o aluno desenvolve a capacidade de problematizar o senso comum e exercitar a argumentação a partir de conceitos filosóficos.

“Filosofar é o ato de retomar, reconsiderar os dados disponíveis, revisar, vasculhar, numa constante de significado. É examinar detidamente, prestar atenção, analisar com cuidado” (GHEDIN, 2009, p 57).

A filosofia atinge seus objetivos quando emancipa intelectualmente o sujeito, libertando-o de princípios e dogmas determinados pela sociedade. Então, o papel da filosofia no ensino médio é libertar o sujeito de convicções impostas pela sociedade,



levando-o ao exercício de refletir e questionar as situações cotidianas, para melhor conduzi-las.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 5ª Ed. São Paulo; Moderna, 2013.

AVELINO, Daniel de Lima. **Ensino de Filosofia no ensino médio: objetivos explícitos e implícitos**. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Filosofia) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/6510>, acessado em 20/09/2015.

BRAGANÇA, Sanderson Dias. **Sociologia e Filosofia no ensino médio: mais de cem anos de luta**. Revista Espaço Acadêmico, Ano I, Nº 6, Nov/ 2001. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/006/06sociologia.htm>. Acessado em: 20/10/2015.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNS/CES 492/2001**.

BRASIL, Presidência da República, **LEI Nº 11.684, DE 2 DE JUNHO DE 2008**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagem, Códigos e suas Tecnologias**. v.1. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciência da Natureza, Matemática e suas Tecnologias**. v.2. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias**. v.3. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. Brasília, 1999.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. **Filosofia no ensino de 2º Grau**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

CEPPAS, Filipe. **Para a realização de TCC em filosofia**. CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele. (Orgs.) **Ensinar Filosofia: volume 2**. Cuiabá, Central de Textos, 2013.

CHAUÍ, M. **Iniciação à Filosofia**. São Paulo, Ática, 2012.

CORNELLI, G. (Org.). **Ensinar Filosofia**. p. 157 a 181. Cuiabá, Central de Texto, 2013.

CORTELLA, Mario Sergio. **Filosofia e ensino médio – certos porquês, alguns senões, uma proposta**. Petrópolis: Vozes, 2009.

DANELON, Márcio. **Ensino de Filosofia e Currículo**. In: **Cadernos de História da Educação**. v.9. n.1. jan/jul.2010. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZhRKq9nfYU4J:www.anpedsudeste2014.com.br/sistema/download.php%3Fid\\_arquivo%3D2050+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ZhRKq9nfYU4J:www.anpedsudeste2014.com.br/sistema/download.php%3Fid_arquivo%3D2050+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br) . Acessado em 12/09/2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI; tradução de Bento Prado J. E Alberto Alonso Muñoz. **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DIEZ, Carmen Lúcia; HORN, Geraldo Balduino. **Orientações para elaboração de projetos e monografias**. Petrópolis: Vozes, 2004. (extrato)

DOIMO, Diego Augusto; GEBRAN, Raimunda Abou. **Filosofia no ensino médio: competências e habilidades no currículo e na avaliação. Pesquisa em Foco: Educação e Filosofia**, V. 8, Ano 8, Abril/2015. Disponível em: [http://www.educacaoefilosofia.uema.br/imagens/PESQUISA%20EM%20FOCO%20EDUCA%C3%A7%C3%A3o%20e%20Filosofia\\_3..pdf](http://www.educacaoefilosofia.uema.br/imagens/PESQUISA%20EM%20FOCO%20EDUCA%C3%A7%C3%A3o%20e%20Filosofia_3..pdf). Acessado em: 10/09/2015.

FÉLIX, Fabiola Angarten; NAVARRO, Elaine Cristina. **Habilidades e competências: novos saberes educacionais e a postura do professor**. Revista Interdisciplinar, 2009. Disponível em: <http://www.univar.edu.br/revista/downloads/habilidades.pdf> acessado em 25/10/2015.

FERREIRA, João V. H. **O retorno da Filosofia ao Ensino Médio: Reflexões e Perspectivas**. Cadernos UFS – Filosofia. Disponível em: [http://200.17.141.110/periodicos/cadernos\\_ufs\\_filosofia/revistas/ARQ\\_cadernos\\_6/joao.pdf](http://200.17.141.110/periodicos/cadernos_ufs_filosofia/revistas/ARQ_cadernos_6/joao.pdf). Acessado em 12/10/2015.

GALLO, S. **A filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade**. Revista ETHICA, Rio de Janeiro V. 13, nº 01, 2006. Disponível em: <http://bibliotecadafilo.files.wordpress.com/2013/11/gallo-filosofia-e-seu-ensino-conceito-etransversalidade.pdf>. Acessado em 20/08/2015.

GALLO, S. **Deleuze e a educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GALLO, S. **Filosofia, educação e cidadania**. In: PEIXOTO, A. J. (Org.). **Filosofia, educação e cidadania**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2004.

GALLO, S. **Metodologia do ensino da filosofia: uma didática para o ensino médio**. Campinas/SP: Papirus, 2012.

GALLO, S.; KOHAN, W. **Crítica de alguns lugares comuns ao se pensar a Filosofia no ensino médio**. IN: KOHAN, Walter O. (org.) **Filosofia no Ensino Médio**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, Vol. VI.

GALLO, Sílvio; GUIDO, Humberto; KOHAN, Walter Omar. **Princípios e possibilidades para uma metodologia filosófica do ensino de filosofia: história, temas e problemas**. CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele. (Orgs.) **Ensinar Filosofia: volume 2**. Cuiabá, Central de Textos, 2013.

GALLO. S. (Coord.) **Ética e cidadania: elementos para o caminho da filosofia**. 20 ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

GALLO. S. **Chegou a hora da Filosofia**. Revista Educação. Setembro, 2011. Disponível em: <http://revistaeducacao.com.br/textos/116/artigo234074-1.asp>. Acessado em: 15/09/2015.

GHEDIN, Evandro. **Ensino de Filosofia no Ensino Médio**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOTO, Roberto; SILVEIRA, R. J. Trentin. **Filosofia no Ensino Médio: Temas, Problemas e Propostas**. Col. Filosofar é Preciso, Editora Loyola.

Horn, Geraldo Balduino. **Normas para Apresentação geral e gráfica de trabalhos acadêmicos**. Disponível em: <http://www.filosofiaeducacao.ufpr.br/links/artigos.htm>. Acessado em 20/10/2015.

HUSSAK, P; RIZO, G. (Org.) **Pensando a formação: escritos sobre filosofia e educação**. Rio de Janeiro: Nau; Edur, 2010.

LORIERI, Marcos Antônio. **Filosofia: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, Currículo: Questões Atuais. Campinas: Papirus, 2002.

LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da Educação**. Cortez: SP, 1994.

MAZAI, Noberto; RIBAS, Maria Alice Coelho. **Trajetória do Ensino de Filosofia no Brasil**. Disciplinarum Scientia. Série: Ciências Sociais e Humanas, Santa Maria, V.2, n.1, p.1-13, 2001.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **"Transversalidade" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2012, disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=70>. Acessado em 11/10/2015.

NAIDON, Karen G. V. C. **Sentido e possibilidades da aula de Filosofia no Ensino Médio**. Filosofia e Educação – Volume 4, Número 2, Outubro de 2012.

PERINE, Marcelo. **Aprendendo e ensinando a filosofar**. CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele. (Orgs.) **Ensinar Filosofia: volume 2**. Cuiabá, Central de Textos, 2013.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PISANI, Marília. M.; SERENO, Caio. G. B; VELASCO, Patrícia D. N. **Filosofia e sala de aula: Propostas de um diálogo possível.** Revista Páginas de Filosofia, v.2, n.1, p 139-174, jan/jun 2010.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade.** São Paulo: Cortez, 2001.

ROCHA, Ronai Pires da. **Ensino de Filosofia e Currículo.** Petrópolis: Vozes, 2008.

RODRIGO, Lúcia Maria. **Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio.** Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

RODRIGO, Lúcia Maria. **Uma alternativa para o ensino de filosofia no nível médio.** GOTO, Roberto; SILVEIRA, Renê J. T. (Orgs.) **Filosofia no Ensino Médio: Temas, Problemas e Propostas.** Coleção Filosofar é Preciso. São Paulo, Editora Loyola, 2007.

RODRIGO, Lúcia Maria. **O filósofo e o professor de filosofia em comparação.** GOTO, Roberto; SILVEIRA, Renê J. T. (Orgs.) **A filosofia e seu ensino – caminhos e sentidos.** Coleção Filosofar é Preciso. São Paulo, Editora Loyola, 2011.

RODRIGUES, Daniel Santini; RODRIGUES, Jackeline Mendes. **Discursividades sobre o ensino de filosofia: uma análise a partir das orientações curriculares,** 2014. Disponível em: <http://www.anpedsudeste2014.com.br/sistema/download.php?idarquivo=2050>. Acessado em 25/10/2015.

SCHULZ, Almiro. **Dilemas do profissional de filosofia do ensino médio – um difícil alinhamento.** Revista Espaço Pedagógico, v. 18, n. 1, Passo Fundo, p. 124-135, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rep/article/download/2070/1297>. Acessado em 25/09/2015.

SEVERINO, Antonio J. **A contribuição da Filosofia para a formação dos estudantes do Ensino Médio.** Revista Direcional Educador, ano 10, edição 116, Set. 2014 a.

SEVERINO, Antonio J. **Filosofia no Ensino Médio,** São Paulo, Cortez, 2014 b.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001b.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio (Orgs). **Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVEIRA, Renê José Trentin. **Ensino de Filosofia e cidadania: uma abordagem a partir de Gramsci**. Revista Brasileira Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 94, nº236, p. 53-77, jan./abr. 2013.

SOUZA, Galileu Galilei Medeiros de; NETO, José Teixeira: **Uma proposta de Filosofia para o ensino médio**, 2007. Disponível em: [http://www.uern.br/professor/arquivo\\_baixar.asp?arq\\_id=3562](http://www.uern.br/professor/arquivo_baixar.asp?arq_id=3562). Acessado em: 23/09/2015.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Currículo e Interdisciplinaridade**. In. MOREIRA, Antonio Flávio B. et.alii (Orgs). CGALLO, Sílvio. Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio. Campinas, SP: Papirus, 2012.